



Anais da Assembléia

Nº 45

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 10 DE MAIO DE 1983

ANO IX

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 39ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 1983.

TERÇA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Srs. Deputados Amélia Hruschka e Djalma de Almeida Cesar.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Fiori Luiz, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Jorge Maia Filho, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sérgio Spada, Tuguio Setogutte. (31). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Airton Cordeiro, Antônio Anibelli, Artagão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Donato Gulin, Ferrari Júnior, Gabriel Manoel, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Sabino Campos, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Wilson Fortes. (27).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

Mensagem nº 50/83 — Curitiba, 26 de abril de 1983.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Cooperação e Compromisso, nº 19/83, celebrado em 8 de março de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de SÃO PEDRO DO IVAÍ, objetivando a construção do terminal rodoviário do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado.

—Ao Departamento Legislativo

Mensagem nº 51/83 — Curitiba, 26 de abril de 1983.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os

fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Cooperação e Compromisso, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os municípios adiante mencionados, objetivando a construção de terminais rodoviários nos referidos municípios.

Município	nº e data da celebração
Joaquim Távora	15/83 — 08/03/83
Marmeleiro	16/83 — 08/03/83
Rio Azul	17/83 — 08/03/83
Terra Roxa	18/83 — 11/03/83

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

A Deputada que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de pesar pelo falecimento do Dr. Geraldo Bronzel, ocorrido hoje em Campo Mourão.

REQUER, outrossim, seja comunicada a família da decisão desta Casa, no seguinte endereço: Rua Harrison José Borges nº 525, Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado DONATO GULIN, infra-assinado, no uso de suas atribuições regimentais, submete à apreciação da Casa o seguinte REQUERIMENTO:

Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da Sessão Plenária de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ALBERTO GORSKI, progenitor do Vereador de Curitiba JOSÉ GORSKI, ocorrido em data de hoje.

Sala das Sessões em 10 de maio de 1983.

(a) DONATO GULIN

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, Dr. Luiz Cordoni Júnior, no sentido que inclua em seu programa de ação a instalação de mini-postos de saúde nas localidades de Virmond e Nova Laranjeiras, Município de Laranjeiras do Sul.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 1983.

(a) EDGARD PIMENTEL.

JUSTIFICATIVA:

A prestação de serviços de saúde à população representa uma das obrigações básicas do Poder Público, mormente às faixas mais carentes da comunidade. No extenso território que compreende o Município de Laranjeiras do Sul habita uma labo-

riosa população que de há muito reclama um atendimento mais direto e eficaz do Governo do Estado no que tange aos serviços de saúde pública. O funcionamento de mini-postos da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social nos citados distritos viria solucionar velho e angustiante problema.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando as atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o envio de solicitação ao digníssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, com a finalidade de ver atendidas as seguintes e justas reivindicações da população do Município de Mamborê:

1. a construção e pavimentação asfáltica de acesso da BR-369 à sede do Município de Mamborê, com extensão de aproximadamente 5.000m, cujo trajeto deverá ser efetuado pela avenida Paulino Ferreira Messias até a Rua Paraguaçu, na forma do mapa anexo.

2. A inclusão do Município de Mamborê no Programa de Pavimentação de Rodovias, proporcionando a oportunidade de asfaltamento do trajeto BR-369, via Mamborê-Madeira Klabin, ligando à BR-487, em percurso de aproximadamente 40 quilômetros.

3. Outrossim, REQUER a juntada ao presente requerimento e conseqüente encaminhamento conjunto, dos mapas e da documentação a este incluso, devendo a comunicação oficial espelhar o inteiro teor deste pedido.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando as atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Sr. Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, encarecendo àquela autoridade, sua atenção na resposta às seguintes indagações:

1. o asfaltamento da Avenida Campo Mourão, do Município de Fênix, foi efetivado, exclusivamente, com recursos do Estado, através do Departamento de Estradas de Rodagem?

2. As obras de asfaltamento da Rua Odete Andrade, do Município de Fênix, foram executadas pelo DER, com recursos do Estado?

Outrossim, REQUER que este expediente seja enviado por intermédio do Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, assinando-se, para resposta, o prazo de trinta dias.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado do Interior, no sentido de instalação de telefones residenciais no Distrito de Rancho Alegre, Município de Goioerê.

Tal solicitação é feita em atendimento ao pedido formulado pelo Sr. George Gonçalves Paiva, constituindo-se num verdadeiro anseio da população daquele distrito. Cumpre salientar que o Distrito de Rancho Alegre está em franco desenvolvimento e, em sendo atendida tal solicitação, espera-se a instalação "ab initio", de mais de 30 aparelhos, evento esse que contribuiria para a ampliação da rede telefônica em nosso Estado, proporcionando conforto e maior comodidade àqueles moradores.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado das Finanças, no sentido de que seja instalado um posto avançado do Banco do Estado do Paraná S.A., no Distrito de Rancho Alegre, Município de Goioerê.

Tal solicitação partiu do Vereador Antônio Sena do Município de Goioerê que, preocupado com o desenvolvimento daquela rica região, pleiteou perante a Câmara Municipal de Goioerê, a instalação de um posto avançado do Banco do Estado do Paraná S.A., na localidade de Rancho Alegre, razão pela qual entendemos ser necessário somar esforços, para mais essa conquista.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos de hoje, de um voto de repúdio, com conseqüente encaminhamento da decisão ao Congresso Nacional, ao Decreto-Lei Federal nº 2.012.

Tal manifestação faz-se hoje necessária, em virtude do arbítrio e da violência com que são tratados os já definhados salários dos trabalhadores brasileiros.

Note-se que, já há algum tempo, o descrédito sobre as leis e editos do governo da revolução, bem assim de suas manifestações oficiais, se faz sentir com bastante intensidade.

O malsinado Decreto-Lei que pretendemos repudiar não pode e não deve ser o condão de transfigurar, deformando, uma conquista política do povo brasileiro, atingida com grandes sacrifícios e sofrimentos.

É dever desta Casa, colaborar no sentido de coibir desmandos desta natureza, para que a população brasileira possa conciliar ao menos o sono, sem sobressaltos, na certeza de que seus direitos não serão vilipendiados, por iniciativas personalistas e unilaterais.

É momento certo para a manifestação uníssona dos legítimos representantes do povo em defesa de direitos consagrados e irretiráveis.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a manifestação desta Assembléia Legislativa, contrariamente à aprovação pelo Congresso Nacional, do Projeto de Lei Complementar que visa instituir e implantar na legislação eleitoral brasileira, o sistema de voto distrital.

Outrossim, requer ainda que, da decisão desta Casa, sejam cientificados a Câmara Federal e o Senado.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado do Paraná, solicitando urgência no encaminhamento do

projeto de lei à Assembléia Legislativa, propondo a transformação do Detran em autarquia.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 1983.

(a) FIORI LUIZ.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, que seja enviado telex ao Excelentíssimo Sr. Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, no sentido de efetuar a nomeação dos membros do Conselho Federal de Biólogos. Tendo em vista a contribuição efetiva e abnegada prestada por esses profissionais nos problemas relativos a fauna, flora e meio ambiente, tornando-se justa e imperativa a concretização de tal aspiração, considerando-se outrossim, que a formação dos profissionais da área biológica data aproximadamente de 1935, sendo apenas regulamentada em 1979.

Outrossim, o retardamento na criação do referido Conselho, tem prejudicado sobremaneira aos biólogos impedindo a atuação desse importante órgão no encaminhamento das questões relativas à sua área de atuação.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 1983.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado, através do Excelentíssimo Sr. Secretário da Administração, apelo ao Sr. Dr. Francisco Deliberador Neto, muito digno Superintendente da Emopar, no sentido de solicitar que equipe técnica daquela empresa estatal realize vistoria nas obras de construção do Terminal Rodoviário de Quitandinha, que se encontra desativado, por apresentar problemas em suas fundações, causados por irregularidades do terreno.

Requer, outrossim, que se constatada a impossibilidade da obra ser utilizada para os fins previstos, seja a construção destinada a um Posto de Venda de Sementes, mediante entendimentos com a Secretaria da Agricultura, o que viria atender uma velha aspiração dos agricultores da região.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 1983.

(a) ERVIN BONKOSKI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, considerando que a Exatoria de Rendas Federais de Rio Negro-Pr., foi desativada, através de Portaria número 24/02, do Ministério da Fazenda; considerando que a cidade de Rio Negro é o polo para o qual converge a região sudeste do Paraná, principalmente as populações de Campo do Tenente, Quitandinha e Piên; considerando, ainda, que com o fechamento da dita Exatoria os contribuintes da região se viram obrigados a um deslocamento até Curitiba, distante cerca de 100 km e considerando, finalmente, que tal desativação deve ser fruto de um equívoco, visto que houve no exercício anterior um aumento de arrecadação da ordem de cento e quarenta e seis por cento, portanto acima do mínimo exigido, REQUER, seja enviado através do Governo do Estado um veemente apelo ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Fazenda, para que seja reativada dita Exatoria de Rendas Federais, atendendo assim aos apelos dos contribuintes da região, dos quais o Deputado que a este subscreve se faz portador.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 1983.

(a) ERVIN BONKOSKI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a inserção na ata dos trabalhos desta sessão, de voto de congratulações e regozijo à Associação de Emissoras de Rádio do Paraná - AERP, pela realização do VIII Congresso de Radiodifusão, realizado em Caiobá.

Funda-se esse pedido pela luta intensa que vem mantendo esta Associação, em defesa de seus filiados e muito mais, pela sua força solidária, coesa, inteiramente voltada aos interesses comunitários, no sentido precípuo de oferecer subsídios para que o rádio seja o principal veículo a transmitir às populações, programações construtivas e instrutivas.

A importância do rádio é indiscutível, pois sabe-se, que a par do advento da televisão, o rádio se mantém, independentemente de classe social, na liderança de audiência de todos os brasileiros.

De outra parte, a Associação de Emissoras de Rádio do Paraná, tem pautado sua atuação com o mais justo critério e a mais perfeita honestidade, com o único fito de manter a credibilidade das comunicações radiofônicas perante o seu grande público.

Outrossim, requer, ainda, que da decisão desta Casa, seja dado conhecimento à Associação ora homenageada.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 1983.

(a) ERVIN BONKOSKI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, se faça constar na ata dos trabalhos desta Casa um voto de congratulações ao Sr. Dr. Munir Guérios, pelo lançamento de seu livro "Os Achacadores".

Requer, outrossim, que do mesmo seja dado ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 1983.

(a) ERVIN BONKOSKI.

JUSTIFICATIVA:

O Dr. Munir Guérios, autor de diversas outras obras é um dos escritores que vem se destacando no panorama nacional.

Sua obra ousada e dinâmica, em que traduz a sua vivacidade de espírito e picardia, retrata, com rara beleza, episódios que prendem o leitor da primeira à última página, fazendo com que se sinta como parte da trama habilmente urdida.

Nestas condições, quando em nosso Estado apenas Dalton Trevisan atingiu o reconhecimento nacional pelo seu talento, o estímulo a um novo valor que se destaca merecerá, por certo, o apoio dos nobres Deputados.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

REQUEIRO, à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da Sessão Plenária de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ALBERTO GORSKI, progenitor do Vereador de Curitiba JOSÉ GORSKI, ocorrido em data de hoje.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 1983.

(a) DONATO GULIN.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, oficie-se ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado do Paraná, solicitando se digne determinar ao órgão competente, providências objetivando o imediato aproveitamento dos candidatos aprovados no Teste Seletivo Interno para as Categorias Funcionais (3a. etapa), pertencentes aos Grupos Ocupacionais de Serviços

Gerais, Semi-Profissional e Administrativo, teste esse realizado em consonância com os Editais n.ºs 16/82, 26/82, 27/82 e 34/82, da Secretaria de Estado dos Recursos Humanos.

Requer, outrossim, o mesmo tratamento aos candidatos da 1a. e 2a. etapas e ainda não aproveitados.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 1983.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR.

JUSTIFICATIVA:

Os aprovados no teste seletivo acima referenciado, são servidores públicos estaduais que pretendem, por justiça, obter o direito à Transposição e/ou Ascensão Funcional, direito esse conquistado através daquele teste. Os interessados, os aprovados estão a aguardar a manifestação pura e simples da Chefia do Poder Executivo Estadual.

Entendemos que tal medida, se adotada de imediato, virá de encontro aos legítimos anseios dos funcionários-candidatos, que tanto têm prestado relevantes serviços ao Paraná, merecendo, assim, a gratidão e o nosso mais profundo respeito.

Por outro lado, ficou provado que esses servidores possuem condições, capacitação e habilitação profissional para serem alçados à nova categoria para a qual foram aprovados.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja ouvida a Comissão de Obras deste Poder para aprovação dos Projetos de Resolução n.ºs 8/83, 9/83, 10/83, 13/83 e 15/83.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 1983.

(a) MÁRIO PEREIRA.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

REQUER, na forma regimental, que o processo relativo ao Projeto de Resolução n.º 14/83, seja encaminhado à Comissão de Segurança Pública a fim de emitir parecer.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 1983.

(a) FIORI LUIZ.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

REQUER, na forma regimental, que o processo relativo ao Projeto de Resolução n.º 11/83, seja encaminhado às Comissões Técnicas da Casa encarregadas de estudar o assunto a que se refere o referido projeto, a fim de emitir parecer.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 1983.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

REQUER, na forma regimental, que o processo relativo ao Projeto de Resolução n.º 12/83, seja encaminhado às Comissões Técnicas da Casa, encarregadas de estudar o assunto a que se refere o referido projeto, a fim de emitir parecer.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 1983.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 36/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — O parágrafo único do artigo 34, da Resolução n.º 11/60, fica transformado em parágrafo 1.º, sendo acrescidos ao artigo, os seguintes parágrafos:

§ 2.º — O trabalho das Comissões Parlamentares de Inquérito obedecerá às normas previstas na legislação específica (Lei n.º 1.579, de 18 de março de 1952).

§ 3.º — Constituída a Comissão de Inquérito, cabe-lhe

requisitar os funcionários dos serviços administrativos da Assembléia, necessários aos seus trabalhos, bem como, em caráter transitório, nos termos da legislação em vigor, os de qualquer órgão, departamento ou serviço dos poderes executivo e judiciário, que possam cooperar no desempenho das suas funções.

§ 4.º — Indiciados e testemunhas serão intimados de acordo com as prescrições estabelecidas na legislação Penal. Em caso justificado, a intimação será solicitada ao Juiz Criminal da localidade em que resida ou se encontre o indiciado ou a testemunha, na forma do Código de Processo Penal.

§ 5.º — No exercício das suas atribuições, a Comissão Parlamentar de Inquérito poderá, observada a legislação especial, determinar diligências, ouvir indiciados, inquirir testemunhas, requisitar, de repartições públicas e autárquicas, informações e documentos, requerer a audiência de Deputados e Secretários de Estado, e tomar depoimentos de autoridades federais, estaduais ou municipais.

§ 6.º — O Presidente da Comissão de Inquérito, por deliberação desta, poderá incumbir qualquer de seus membros ou funcionários dos serviços administrativos da Assembléia da realização de sindicância ou diligência necessária aos seus trabalhos.

§ 7.º — A Comissão de Inquérito redigirá relatório, que concluirá por projeto de resolução, se a Assembléia for competente para deliberar a respeito do assunto, ou por conclusões, em que assinalará os fundamentos pelos quais não apresenta projeto de resolução.

§ 8.º — Apurada a responsabilidade de alguém por falta verificada, a Comissão enviará o Relatório, acompanhado da documentação respectiva e com a indicação das provas que poderão ser produzidas, ao juízo criminal competente, para processo e julgamento dos indiciados.

§ 9.º — As Comissões de Inquérito terão como dispositivos subsidiários para a sua atuação, no que for aplicável, os do Código de Processo Penal.

§ 10 — Se forem diversos os fatos objetos de inquérito, a Comissão dirá, em separado, sobre cada um, podendo fazê-lo antes mesmo de finda a investigação dos demais.

§ 11 — As Comissões Parlamentares de Inquérito, funcionarão na sede da Assembléia Legislativa.

§ 12 — Qualquer Deputado poderá participar dos debates nas Comissões de Inquérito, sem direito a voto.

Art. 2.º — Esta resolução vigorará à data da sua publicação, revogadas as disposições que a contrariem.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 1983.

(a) FIORI LUIZ.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na semana passada, o respeitável Deputado Sérgio Spada que representa condignamente a região de Foz do Iguaçu, veio a esta Casa denunciar um fato que implicava na segurança de um Vereador Líder do PMDB na Câmara Municipal, de nome Percy Lima. Este Vereador, estava sendo, segundo o Deputado, acuado pelo Sr. José Pereira.

Sem querer polemizar, vim a esta tribuna dizer ao Deputado Sérgio Spada, que muito estimo e muito prezo, que necessário se tornaria que houvesse um inquérito policial.

Posteriormente, o Deputado Sérgio Spada mostrou um documento no qual havia sido pedido o tal inquérito policial. Isto, temporaneamente, porque, durante as discussões, nada ficou esclarecido.

Ontem, pelas 16 horas aproximadamente, recebi um telefonema de Foz do Iguaçu do Sr. José Pereira, que se identifica como sendo ex-expedicionário, oficial do exército reformado,

e que residia em Foz do Iguaçu, há muito tempo, e estava com seu escritório na Avenida Brasil, 1175, sala 118, fone 74-2132.

Muito bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje às 12:45 o Vereador Percy Lima, Líder da Bancada do PMDB de Foz do Iguaçu, desferiu seis tiros mortais sobre o Sr. José Pereira, matando-o imediatamente. Isto ocorreu em pleno centro de Foz do Iguaçu, na Avenida Brasil.

Volto constrangido a esta tribuna, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para dizer que se violento era o Sr. José Pereira, ele foi violento na Itália, quando pracinha, para defender o solo pátrio. Quando matou aqueles que queriam abusar contra o nosso País, aqueles que queriam usurpar os nossos direitos, aqueles que queriam exterminar com a nossa liberdade, aí então, ele foi um feroz combatente expedicionário, ele foi um lutador; foi alguém que defendeu o Brasil sem dimensões, defendeu a nossa Pátria com o máximo de valor e estoicismo.

Venho denunciar este fato nesta Casa, pedindo ao Sr. Presidente que, através de expediente que possa ser endereçado ao Sr. Secretário de Segurança, determine que providências enérgicas sejam tomadas pelo Sr. Secretário de Segurança, no sentido de que seja preso e de imediato este fascínora, este Vereador Percy Lima, que não tem condições emocionais para ser um parlamentar, para ser um legislador. Desferiu um tiro num homem de idade. Ele prostrou-se no chão e ato contínuo mais cinco tiros para que lhe roubassem a vida.

Existe um expediente que quero ler aos Srs. Deputados; lerei se houver tempo.

Agora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, chegamos à conclusão de que naquela cidade do oeste do Estado aqui também representada pelo Deputado Tércio Albuquerque, que ainda se encontra hospitalizado, parece não haver mais necessidade de uma Delegacia de Polícia, pois alguns homens do PMDB preferem fazer justiça com as próprias mãos.

Sim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, aquele mesmo Vereador que aqui foi defendido pelo ilustre Deputado — tenho certeza que o Deputado defendeu com a melhor das intenções — Sérgio Spada, tirou a vida há duas horas atrás, do Sr. José Pereira, que foi acusado de ser pistoleiro. Parece-me que somente os homens do Partido do Governo não sabiam quem era o Sr. José Pereira.

Pois bem, vamos esclarecer. Valente pracinha que um dia saiu de nosso País para combater valorosamente na Segunda Grande Guerra.

Se o Sr. José Pereira era pistoleiro, é porque matou muita gente tentando defender o nosso País de uma invasão, enquanto combatia na Força Expedicionária Brasileira.

Enfim, o fato é deplorável, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Tenho certeza de que a justiça será feita. E para se fazer justiça, necessário se torna, Sr. Trajano Bastos de Oliveira, que o Sr. Secretária de Segurança determine a prisão imediata, daquele temperamental vereador que não tem como se justificar, porque o cidadão reformado oficial do exército, ex-expedicionário, tem os seus valores.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Márcio Almeida.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Faz hoje 220 dias que o jornalista Juvêncio Mazzarollo desfruta da hospitalidade da Polícia Militar do Paraná, condenado injustamente em processo movido contra a sua pessoa, baseado na Lei de Segurança Nacional.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o motivo que nos traz à tribuna nesta tarde, é registrar mais uma vez que o jornal "O Estado do Paraná" não o cumpriu eticamente o seu papel, na ocasião em que recebeu a correspondência de 4 de maio de 1983

assinada pelo Professor Dr. Ary de Christan, em que, naquela mesma data, o jornal "O Estado do Paraná" estampava em sua primeira página e nos dias seguintes continou comentando, dentro de seu propósito de obstacularizar a implantação do novo Governo democrático do PMDB, denunciando injustamente a demissão do Prof. Dr. Ary de Christan, como tendo sido um dos perseguidos pela nova administração do Paraná e, particularmente, da Secretaria de Saúde do Paraná.

Passo a ler, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a carta que o professor remeteu na data da primeira manchete do "O Estado do Paraná" ao Dr. Paulo Cruz Pimentel, diretor daquele jornal. (Lê): "Senhor Diretor:

A propósito da referência feita à minha pessoa na segunda página da edição de hoje (4/5/83), de "O Estado do Paraná", devo informar a Vossa Excelência, a bem da verdade, que:

Desempenhei por duas vezes a função de Superintendente da Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha:

— durante os 18 primeiros meses da Administração do Excelentíssimo Sr. Governador Ney Braga;

— nos últimos 7 meses da Administração do Excelentíssimo Sr. Governador José Hosken de Novaes.

Na primeira vez, retirei-me voluntariamente, por julgar que havia cumprido a tarefa a que me comprometera.

Na segunda gestão, o meu afastamento foi decorrente do término do mandato do Excelentíssimo Sr. Governador José Hosken de Novaes.

Outrossim, por dever de justiça, declaro que, nos poucos dias que permaneci em função, recebi manifestações de apreço, quer do meu sucessor, Dr. Armando Baggio, quer do Sr. Secretário da SESB, Dr. Luiz Cordoní Júnior.

Agradecendo a atenção e acolhida de Vossa Excelência, quero reafirmar o meu reconhecimento pelo apoio que sempre recebi, tanto da direção quanto da equipe das empresas de Comunicação, sob a sua douda orientação.

Com renovados sentimentos de consideração e estima,

(a) Prof. Dr. Ary de Christan

Diretor do Centro de Ciências Bioméricas"

Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

A nossa intenção ao vir à tribuna, nesta tarde, é para fazer o registro desta correspondência, que não é sigilosa, uma vez que de próprio punho o Dr. Ary de Christan autorizou a divulgação, tem o objetivo de renovar o apelo a que o jornal "O Estado do Paraná" e especialmente o seu Diretor, Dr. Paulo Cruz Pimentel, cumpram com seus preceitos éticos da imprensa brasileira, fazendo reproduzir com o mesmo destaque e nos mesmos locais em que, caluniosamente, publicou as matérias pertinentes ao assunto, anteriormente.

Era só e muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Faz hoje, 220 dias que Juvêncio Mazzarollo está preso no Ahu.

Lamentavelmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vimos a esta tribuna até com muita tristeza, para trazer a notícia que era temida por nós e que, infelizmente, aconteceu no Município de Foz do Iguaçu.

Hoje pela manhã, o Vereador Percy Lima, Líder do PMDB na Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, quando saía de seu escritório, em plena Avenida Brasil, defrontou-se com o Sr. José Pereira, este mesmo José Pereira do qual falou o nobre Deputado Nelson Buffara, expedicionário de Guerra, pertencente às nossas Forças Armadas.

Como era de se esperar, um duelo travou-se e Percy Lima, nosso Vereador, desferindo seis tiros, matou o Sr. José Pereira. Lamentável fato que vem tornar ainda mais tenso o

clima na já tensa cidade de Foz do Iguaçu.

Estava previsto, estava claro que fato desta natureza poderia acontecer a qualquer momento, pois denunciei em outra ocasião, desta nesta tribuna, era "useiro e vezeiro" o Sr. José Pereira, a agressões a Vereadores do PMDB que, defendendo os interesses do povo através de mandato outorgado pelo povo, teciam críticas às aberrações cometidas pelo Coronel Clóvis Cunha Viana, Prefeito-Interventor de Foz do Iguaçu.

Notem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que existia uma estreita ligação entre o Sr. José Pereira - hoje assassinado - e a Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, pois que ele era empreiteiro da Prefeitura. Há muitos e muitos anos, contratou e executou diversas obras e vultosas obras, no Município de Foz do Iguaçu, e que agredia os Vereadores do PMDB de Foz, e quem quer que viesse criticar a administração municipal, dizendo sempre que assim agia para defender os interesses do Coronel Clóvis Cunha Viana.

Lamentamos profundamente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que tal acontecimento, que tal fato venha a chegar tão tristes conclusões, com a morte de uma pessoa, de um iguaçuense, com a morte de um pai de família e com atrapalho total à vida de outro pai de família que, bem intencionado, usava o microfone e a tribuna da Câmara Municipal para desempenhar, para fazer o trabalho que lhe fora outorgado pelo povo, através do voto popular.

Não cabe aqui julgar o mérito, o que nos cabe é lamentar este fato ocorrido e alertar para as estreitas vinculações que existiam entre o Sr. José Pereira e o Coronel-Prefeito de Foz do Iguaçu.

Gostaria também de comunicar a esta Casa, que entramos em contato com a Secretaria de Segurança, e esta já tomou todas as medidas cabíveis ao caso, pondo inclusive em estado de alerta a Polícia Militar e a Polícia Civil de Foz do Iguaçu, pois que é temível que a situação venha ainda se agravar, que fatos novos venham a enegrecer a nossa história, em Foz do Iguaçu, vindo tornar ainda mais inseguro o clima da nossa sociedade, do povo de Foz do Iguaçu.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): "É com justificável tristeza que vemos nas estatísticas sobre a área da saúde o destaque negativo dos números colhidos em nossa Nação. Várias são as situações em que o Brasil demonstra, através da precariedade no atendimento de saúde, a incompetência de seus dirigentes. Principalmente quando se sabe que a saúde de um povo está intimamente ligada à profilaxia onde tem papel predominante o sanitarismo.

Melhor mostra do descaso com a higiene, como a saúde pública, está na cidade de Campo Mourão, onde, numa área de aproximadamente 15 mil metros quadrados, a cerca de apenas cinco quilômetros do centro da cidade, homens, mulheres e crianças, revolvem o lixo urbano colocado a céu aberto. Ali são depositadas diariamente mais de 15 toneladas de lixo recolhido pela Cia. de Desenvolvimento, Urbanização e Saneamento de Campo Mourão - CODUSA.

A procura de restos que possam usar ou vender, dezenas de pessoas passam o dia entre os monturos, vasculhando-os. E nesse submundo infestado de mosquitos e ratos, é comum se achar resíduos de obstetrícia e de cirurgia. Até mesmo uma criança morta já foi encontrada no local, conforme denuncia a "Folha de Londrina" em reportagem feita através de sua sucursal de Campo Mourão pelo jornalista Antônio Luiz de Mattos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Por obra do descaso das autoridades, essas dezenas de pessoas estão expostas a toda espécie de doenças infecto-contagiosas. Basta dizer que o volu-

me de lixo hospitalar naquela cidade é de mais de mil litros diários.

É lamentável que um quadro desta natureza possa existir numa das regiões mais ricas do Estado. Região onde está localizada a maior cooperativa agrícola do País. É mais lamentável ainda, quando se sabe que esta é uma situação que perdura há mais de sete anos, engrossando as estatísticas das causas de morbosidade.

A municipalidade mourãoense não pode jamais protelar a solução para esta negra situação. A questão do lixo urbano merece prioridade na pauta do Prefeito de Campo Mourão, sob pena daquela autoridade ver-se como responsável pelo agravamento do estado de saúde de inúmeras pessoas, que buscam nos monturos, a sua sobrevivência.

Ressalte-se todavia, que esta é uma situação em que deve haver a expressiva participação da comunidade, pois inúmeras são as conseqüências adversas que existem em torno desse lamentável quadro.

Se hoje vemos todo o Paraná mobilizado no sentido de oferecer auxílio aos desempregados, vítimas de uma selvagem política econômico-financeira, devemos também dedicar nossa atenção àqueles que na penúria em que vivem, buscam nos detritos sua alimentação e a de seus filhos.

Esperamos que a imagem desse quadro fique gravada indelevelmente na consciência de cada um de nós, paranaenses. Que a desgraçada e lastimável vida desses "catadores de lixo", sirva como alerta às nossas autoridades sobre a grave situação em que vivem segmentos da nossa população.

Não buscamos aqui palavras de efeito e nem tampouco procuramos nos utilizar de recursos para dar maior dramaticidade aos fatos. Trouxemos o assunto a esta tribuna, para exigir da Prefeitura de Campo Mourão maior atenção a este grave problema e também para lembrar a todos nós sobre a necessidade do esforço de cada um para que o País possa vencer essa incrível barreira ao seu desenvolvimento: a barreira do descaso com a saúde de seu povo".

O SR. PRESIDENTE — Está encerrado o Horário do Pequeno Expediente.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho, inscrito.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Cabe-me falar a esta Assembléia sobre um assunto que interessa diretamente a 13 municípios paranaenses, com grande reflexo sobre toda a região norte do Estado e, conseqüentemente, com projeção em todo o Paraná, e que foi objeto de um cuidadoso estudo por parte dos mais destacados técnicos paranaenses e brasileiros, recebendo todo apoio dos governos Ney Braga e Hosken de Novaes, do Governo Federal e de renomados organismos internacionais, como o Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento — BIRD.

Em que pese todo esse suporte, vem sendo relegado a um plano inferior pela administração do Governador José Richa, sem que sejam dadas aos paranaenses explicações sobre um procedimento político do atual Governador, que não deseja ver transformado em realidade um dos mais importantes projetos do nosso Estado, apenas porque tem a interveniência da SUDESUL ou não coube a Sua Excelência a iniciativa desta obra, que tantos benefícios trará ao nosso povo.

Trata-se do Projeto Metrópole Linear do Norte do Paraná - METRONOR, elaborado pela Secretaria do Planejamento, com a colaboração de outros órgãos públicos; um instrumento político-administrativo destinado a orientar o processo de crescimento dos municípios do eixo Londrina - Maringá, respeitando a autonomia de cada um, fortalecendo esses municípios como um conjunto capaz de concentrar maior poder de reivindi-

cação, formando um espaço urbano organizado para promover, com maior eficiência, o bem-estar de seus habitantes.

Londrina e Maringá são polos de um eixo linear que passa pelas cidades de Ibiporã, Londrina, Cambé, Rolândia, Arapongas, Apucarana, Cambira, Jandaia do Sul, Mandaguari, Marialva, Sarandi, Maringá e Paçandu.

Nesse eixo há um processo irreversível que está colocando o Paraná às vésperas do nascimento de uma metrópole capaz de abrigar com boa qualidade de vida, até 3 milhões de pessoas, segundo as estimativas dos especialistas em planejamento urbano. O quadro da economia paranaense vem se alterando junto com essa região.

Veio a diversificação da lavoura, que deixou de ser essencialmente cafeeira, passando a empregar novas tecnologias que liberaram grandes contingentes de mão-de-obra, ocasionando o êxodo rural e o inchaço das cidades maiores.

As populações desses 13 municípios passaram a viver uma nova realidade: as pequenas cidades já começam a encostar seus limites nos limites das cidades maiores. Há muita gente que mora numa cidade e trabalha na outra, sobrecarregando o sistema de transportes. As águas estão sendo comprometidas pelos esgotos e pelos resíduos industriais das cidades mais próximas às nascentes dos rios. Os habitantes do eixo Londrina-Maringá necessitam de crescente oferta de empregos e de serviços públicos de diversas naturezas. A ocupação do solo nos municípios situados ao longo desse eixo precisa ser ordenada, para beneficiar a todos.

A industrialização é a principal alternativa para aquele eixo não só pelo número direto de empregos que as indústrias podem vir a oferecer, mas, principalmente, porque ao dinamizarem as atividades do comércio e da prestação de serviços, as indústrias criam indiretamente, um grande número de empregos.

Entretanto, a política de desenvolvimento industrial deverá buscar mais do que atrair indústrias para a Metrópole Linear do Norte do Paraná. Deverá assegurar o desenvolvimento harmonioso de todos os seus municípios.

Outro parâmetro importante, e que deve orientar a localização das indústrias e a expansão urbana da METRONOR, é a preservação de seu meio-ambiente. É preciso evitar que a expansão urbana comprometa os fundos de vale.

Como se vê, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o projeto METRONOR é um projeto de desenvolvimento urbano e fomento econômico com aborsão de mão-de-obra.

Os recursos para sua execução são provenientes do Projeto-Cidades-de-Porte-Médio-BIRD, a partir deste ano, compreendendo um total de 16 milhões e 600 mil dólares, aproximadamente, sendo que desse total, 11 milhões e 600 mil dólares serão aplicados a fundo perdido, portanto em condições altamente vantajosas para os municípios beneficiados.

Na elaboração de estudos e projetos já foram aplicados 138 milhões de cruzeiros provenientes do Estado, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano e do Plano de Mobilização Energética estadual.

Em 1983, estão previstos recursos de 236 milhões de cruzeiros, sendo 116 milhões do orçamento estadual e 120 milhões de cruzeiros negociados com o CNDU para manutenção de projetos.

Além disso, estão previstos recursos da União, através do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, para duplicação das Rodovias BR-369 e BR-376, que apresentam elevados índices de tráfego. Basta acentuar que a ligação Londrina - Maringá apresenta um dos mais altos índices de tráfego no País, com a média de 20 mil veículos/dia.

A administração do Projeto METRONOR é muito bem estruturada e envolve vários órgãos da administração paranaense: sua direção é da Secretaria de Planejamento; seu Conselho Deliberativo é composto pelos prefeitos dos municípios envolvidos e quatro Secretários de Estado: Planejamento, In-

dústria e Comércio, Interior e Transportes. O Conselho Consultivo é constituído por representantes das Câmaras de Vereadores e do BADEP, COPEL, SANEPAR, SUREHMA, COHAPAR e FAMEPAR.

Pois bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados. O Governador José Richa, diante de uma solicitação da SUDESUL para que se manifestasse sobre o prosseguimento do Projeto METRONOR decidiu que não aceitará a interveniência desse órgão, o que constitui uma decisão unilateral, pois que se há repasse de recursos do Governo Federal, como de fato há, como poderia a SUDESUL, a quem está afeta, em parte, a execução do projeto, ficar auxente na sua execução?

Dessa forma, o Governador José Richa criou um impasse e como resultado o Projeto METRONOR está sem Coordenador há 50 dias. Completamente paralisado.

Com essa decisão, o Governador José Richa quebra mais uma das suas promessas eleitorais: a do fortalecimento dos municípios e a busca de soluções para superar desequilíbrios regionais, com a eliminação de decisões que não convocam os interesses da população nem se comprazem em ouvir as aspirações populares.

Com essa sua decisão sobre o Projeto METRONOR, o Governador José Richa está impedindo que cada um dos municípios envolvidos no projeto recebam em média 622 milhões de cruzeiros em benefícios diversos. E quebra também, a sua solene promessa feita no seu discurso de posse no Governo do Paraná, de que seria básico de sua administração "perseguir objetivos realizáveis, concentrando esforços e recursos no sentido, sempre, de privilegiar os interesses das maiorias".

Das palavras do candidato na sua campanha; dos compromissos assumidos, solenemente, no seu discurso de posse, à sua ação de hoje, há uma grande diferença no Sr. José Richa, que está a decepcionar o povo paranaense".

Mas nós vemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que este é um assunto, como já disse, envolvendo treze municípios e indiretamente quase toda a região Norte do Paraná. E se cria nesta Casa uma CPI para apurar o empobrecimento dos municípios paranaenses, CPI esta que segundo a última reunião que tivemos oportunidade de participar, deixou de ser uma CPI do empobrecimento, mas talvez uma CPI para verificar a corrupção dos municípios.

Porque na CPI do empobrecimento dos municípios era preciso que fosse ouvida a Sra. Secretária da Educação, que dissesse a esta Casa e ao Paraná em quanto está onerando os municípios paranaenses o encargo de professores que lecionam em estabelecimentos do ensino do Estado, pagos pelo município.

Precisava ouvir o Secretário de Segurança Pública, para saber quais os recursos despendidos em cada município para a manutenção do serviço de segurança.

Verificamos que os pequenos municípios são os maiores prejudicados, porque nesses municípios é onde o Estado tem o maior número de professores em seus estabelecimentos, pagos pelos municípios.

É preciso que haja uma mudança. Não é preciso nem a CPI para verificar o empobrecimento dos municípios. Todos sabem das dificuldades por que passam esses municípios paranaenses no dia de hoje, E é poi isso que é preciso ter um paradeiro, que dê condições de sobrevivência aos municípios. O Sr. Edmar Luiz Costa) - Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) Estou acompanhando principalmente a parte final do seu discurso, e devo concordar com Vossa Excelência no sentido de que deve haver um paradeiro nesse estado de coisas. Nos municípios, principalmente nos pequenos, a gasolina para a polícia é dada pelo município, as professoras que estão em escolas estaduais são pagas pelos municípios.

Tenho certeza que o Governador José Richa está estu-

dando o problema, porém é de se perguntar quem foi que começou e quem que instalou essa situação de caos nos municípios do Paraná. O nosso Governo data de 15 de março e o hábito de onerar os municípios vem já de alguns anos quando o Governo não era do PMDB.

Obrigado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, nobre Deputado e vou mais longe para citar outros prejuízos aos municípios. Mas a partir de 15 de março tenho a reclamar, pois setecentos milhões de cruzeiros foram transferidos do salário-educação para o pagamento aos professores da rede municipal do ensino. E até hoje o que eu sei é que o Estado distribuiu aos municípios só 42 milhões. Já estamos no mês de maio, na metade do ano.

O que acontecia no Governo passado, é que o mesmo encargo existia, mas havia a compensação, a ajuda através da Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios, que repassou a todos os municípios paranaenses, recursos à frente de trabalho, garantindo a mão-de-obra. É isto que precisa mudar.

Não quero dizer que concordo com o que passou também no Governo passado. Tenho a criticar na área federal, o Fundo de Participação dos Municípios, dez por cento do mesmo é destinado às Capitais, noventa por cento é dividido aos 4 mil municípios brasileiros, dois por cento é do Fundo Especial, que vai para os municípios do Nordeste. Será que só os municípios do Nordeste é que precisam ser beneficiados? Há municípios menores, os municípios recém-criados, que não têm condições nem de adquirir uma motoniveladora. É preciso que haja uma mudança nesta legislação tributária. Enquanto não houver essa mudança, é preciso que haja sensibilidade do Governo, em dar o apoio como vinha dando a Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios. Dar o apoio como o projeto Metronor. Dar o apoio àquele que oferece condições a esses municípios de sobrevivência.

O Sr. Jorge Maia Filho — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) — Iria fazer um aparte a Vossa Excelência, mas Vossa Excelência, na realidade, respondeu ao Deputado que o interpelou, de que certo ou errado este sistema foi adotado pelos governos anteriores. Mas houve sempre um respaldo dos governos anteriores. Então chega a uma posição de que se o atual Governo José Richa não for dar o auxílio às Prefeituras, para manutenção das professoras à disposição da rede escolar estadual e também ajuda às Delegacias de Polícia, acho que seria de bom alvitre o Sr. Governador do Estado comunicar a essas prefeituras, que não irá ter este repasse, essa ajuda, assim eles tomarão as medidas cabíveis. Muito obrigado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Agradeço, nobre Deputado.

Mas Sr. Presidente, Srs. Deputados, ainda falando sobre os encargos que têm os municípios no setor de ensino. Sabemos que os municípios maiores todos têm o segundo grau mantido pelo Estado, em algumas escolas sofisticadas, escolas particulares. Os municípios menores, para poderem dar atendimento e garantia à permanência daquelas famílias tradicionais que desbravaram os pequenos municípios, criaram o segundo o grau, através da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade. Criou-se um setor local composto de 100 membros. Através desse setor local, são contratados os professores, e o diretor do estabelecimento. O município arca, no mínimo, com dois salários por turma, por mês. No município de Marumbi, onde fui Prefeito, existem 6 turmas de segundo grau e o município está desembolsando 18 salários; três salários por turma, porque é município onde há famílias de pequeno poder aquisitivo e que não podem pagar mensalidades altas.

Era preciso que a Secretaria tomasse providências. Não vou pedir. A Secretaria da Educação que resolva de uma vez por todas, de uma vez só, que crie o segundo grau em todos esses

municípios. Sabemos que é difícil, mas porque não fazer um convênio com a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade e oferecer, pelo menos, cinquenta por cento da despesa destas escolas? E a Campanha continua mantendo as escolas. Fica muito mais barato ao Estado, vai aliviar as Prefeituras, e dará condições às famílias de poder aquisitivo menor, de continuarem tendo seus filhos nesse estabelecimento de ensino.

Fica aqui o nosso apelo. Sabemos a dificuldade. É preciso que haja um esforço conjunto. Já estamos no mês de maio, as promessas foram antes e o povo está esperando. Queremos que venha alguma coisa em benefício do povo. Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — No Horário destinado às Lideranças partidárias, consulto à Liderança do PDS se fará uso do seu horário.

Com a palavra o Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, Líder da Bancada do PDS.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê). "O povo que elegeu o Sr. José Richa, Governador do Estado, está decepcionado.

E tem fundadas razões para tanto, pois acreditou nas juras e promessas de compromissos irreversíveis com a austeridade administrativa, apregoada no calor da campanha eleitoral e reafirmada no solene compromisso de posse - de que essa austeridade estaria em primeiro lugar, em todos os níveis da administração.

O que está acontecendo hoje no Paraná é exatamente o contrário do que afirmou o Sr. José Richa.

Estamos presenciando o desenvolvimento de uma política de empreguismo, de clientelismo, de atendimento dos seus cabos eleitorais e de nomeação de familiares de seus auxiliares imediatos para empregos altamente remunerados em todas as repartições públicas.

Os partidários do Governador estão empreendendo uma ação voraz em busca de posições que sejam pagas com altíssimos salários, resultantes das demissões de muitos para beneficiar uns poucos, desde que sejam do partido do Governador.

E para isso, ressalta a ação dos chamados "patrulheiros político-ideológicos", que tripudiam sobre humildes pais de família, sobre operários, sobre jovens que são lançados ao desemprego, para que sejam atendidas as ambições da sua clientela, formada para atender maquinações políticas daqueles que estão hoje, nas Secretarias de Estado e nos órgãos da administração indireta, a subordinar os interesses da administração aos seus interesses pessoais, desmoralizando o serviço público.

E essa desmoralização - empreendida pelos partidários do Governador José Richa - se traduz em mais de 300 admissões, feitas em menos de dois meses, nas Secretarias de Estado e outros órgãos públicos, para beneficiar os apaniguados do seu partido.

Assim ocorreu no Departamento de Estradas de Rodagem, onde, no mês de março, foram demitidos operários, motoristas e auxiliares administrativos, que percebiam salários, em média, de 50 mil cruzeiros, e foram admitidos partidários do Governo José Richa, percebendo 335 mil cruzeiros, mensais.

No Teatro Guaíra, onde foram demitidos 8 empregados e admitidos 15. Um assessor de diretoria, que não era do PMDB, ganhava 187 mil cruzeiros mensais. Foi demitido. No dia seguinte foi nomeado um assessor partidário do Governo com o salário elevado para 214 mil mensais.

A Excelentíssima senhora Secretária da Educação afirmou que havia 4 mil "professoras fantasmas". Deve ser uma afirmação infundada, pois a própria secretária já admitiu 111 professores regentes, fato que desmente os seus números sobre excesso de professores.

No âmbito da Secretaria da Saúde e do Bem-Estar Social, onde o Sr. Cordoni Júnior mantém, até agora, o recorde das demissões — um diretor foi demitido com um salário de Cr\$ 405.000,00. O seu sucessor foi nomeado com Cr\$ 515.000,00. Um diretor superintendente foi demitido com o salário de Cr\$ 444.000,00. O seu sucessor, pertencente ao PMDB, foi nomeado com o salário de Cr\$ 585.000,00 mensais. Na PROMOPAR, um técnico especialista percebia Cr\$ 168.000,00. Foi demitido. O seu sucessor, partidário do PMDB, foi admitido com o salário de Cr\$ 320.000,00 mensais.

Na FIDEPAR foram demitidos oito empregados, com salário abaixo de Cr\$ 60.000,00 e admitido um advogado partidário do PMDB. Um advogado que tem o dom da ambigüidade, porque, ele está em Curitiba e está na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Este advogado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ganha aqui na FIDEPAR, Cr\$ 365.000,00 e na Universidade Estadual de Ponta Grossa, ganha, como diretor e como professor em tempo integral, mais de Cr\$ 700.000,00.

No ITC foram demitidos sete empregados, que recebiam ordenados entre Cr\$ 23.000,00 e Cr\$ 77.000,00. Foram admitidos dez filiados do partido do Governador José Richa com salários variando entre Cr\$ 327.000,00 e Cr\$ 429.000,00 mensais.

Na ACARPA foram demitidos empregados que recebiam pouco acima dos Cr\$ 60.000,00, para serem admitidos partidários do governador com salários de até Cr\$ 319.000,00.

Na Secretaria da Indústria e do Comércio — no Instituto de Pesos e Medidas, foram demitidos servidores com salários de Cr\$ 70.000,00, para serem admitidos os indicados pelo PMDB com salários de até Cr\$ 360.000,00 mensais.

Na SANEPAR ocorreu o mesmo procedimento, com salários chegando até Cr\$ 600.000,00 mensais para um Assistente Administrativo".

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, Vossa Excelência começou o seu discurso que denota uma brilhante assessoria que Vossa Excelência tem, porque todos esses dados estão coletados, sistematizados, mas Vossa Excelência começou o seu discurso dizendo que se instalou no Estado do Paraná o que os partidários de Vossa Excelência passaram a denominar de patrulha ideológica.

Fico estranhando, nobre Deputado, que essa patrulha do PMDB não tenha, ainda conseguido detectar a sua patrulha, este que lhe traz todos estes dados, com esta velocidade e com esta agilidade, todos esses dados que Vossa Excelência tem em mãos.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Provavelmente é falta de capacidade da patrulha de Vossa Excelência.

O Sr. Nilso Sguarezi — Não, não é falta de capacidade! É porque no Estado do Paraná não há patrulha alguma, há por parte do PDS, isto sim, que está a policiar todos os atos do Governo; o pessoal do PDS está atrás dos carros públicos que andam pelas estradas do Paraná, estão de olho aceso, parece que até não dormindo, para ver a mínima alteração que qualquer órgão do Estado tenha.

Então, não posso admitir que Vossa Excelência comece um discurso que se propõe a ser sério — porque Vossa Excelência vem trazer denúncias — dizendo de que há uma patrulha ideológica no Estado do Paraná. Se houvesse, nobre Deputado, com certeza, todos esses informantes que estão a lhe dar e a lhe passar esses dados, se houvesse tal patrulha, deveriam ter sido desalojados no Governo do Estado.

Só o fato de que Vossa Excelência consegue essas informações, quer traduzir o seguinte...

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Ou Vossa Excelência queria que eu não tivesse acesso às informações? Vossa Excelência queria que isso ficasse secreto.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência me permite continuar?

O que vem demonstrar perfeitamente de que a máquina montada nos últimos 20 anos do Paraná, continua intata. O Governo do PMDB com apenas 400 e poucas demissões não arranhou esta máquina que continua intata.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Quantas demissões? O Sr. Nilso Sguarezi — Quatrocentas e poucas demissões.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Mas, Vossa Excelência afirmou no plenário há uns dias atrás que eram cem; o Governador José Richa afirmou que eram trezentas e em Brasília ele afirmou que eram seiscentas. Com qual número Vossa Excelência quer que o Paraná fique? Com os de ontem ou os de hoje?

O Sr. Nilso Sguarezi — É evidente de que aqui nós não vamos concordar nos números. Como não concordamos nos números das admissões que foram feitas na última gestão do Governo, quando o último Governador, de boa-fé, Sr. Hosken de Novaes, foi induzido a assinar uma declaração de que apenas três mil e poucos funcionários haviam sido admitidos no Governo do Estado do Paraná.

E nós temos aqui um dado irrefutável: que foram 18.314 funcionários admitidos na última gestão governamental. E o Governador Hosken de Novaes, que nós acreditamos ser pessoa de boa índole...

O Sr. Erondy Silvério — Isto é um discurso paralelo. Peço um aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Nilso Sguarezi — Estou com o aparte, discurso paralelo é o nobre Deputado Erondy Silvério quem está fazendo. Vossa Excelência me deu o aparte e vou concluí-lo. Então não posso admitir essa história de patrulha. Se existe patrulha é do PDS, que, hoje, fornece todos esses dados, são os dados coletados pela patrulha do PDS, e o discurso, hoje, é da patrulha do PDS.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Vossa Excelência, mais uma vez, demonstra o seu desconhecimento a respeito da Consolidação das Leis do Trabalho. Qualquer aluno do curso pré-vestibular sabe, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que qualquer empregador é obrigado a fornecer, publicamente, a relação dos seus admitidos até o final do mês. Não é patrulha, nobre Deputado, é apenas capacidade de ir aos órgãos competentes, inclusive à Delegacia do Trabalho, para anunciar o Governo participativo de Vossa Excelência. Está aqui, Deputado; SANEPAR, um assistente administrativo ganhando Cr\$ 600.000,00, está é a verdade que Vossa Excelência desconhece, lamentavelmente. Vossa Excelência foi mais uma vez leviano, quando fez a colocação, no plenário.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Quero ser bem rápido, para não interromper o brilhante pronunciamento de Vossa Excelência.

Apenas não aceito uma colocação feita pelo nobre e destemido Líder do PMDB, nesta Casa, Deputado Nilso Sguarezi, de que, o ex-Governador José Hosken de Novaes foi induzido a assinar uma declaração?! Isto é uma leviandade por parte do nobre Líder do PMDB, ao se referir a um dos homens mais dignos que já governaram este Estado, um homem para quem a coisa pública era sagrada, um homem que, nos poucos meses de Governo, incompatibilizou-se até com a bancada do Partido oficial, porque jamais se desviou da linha a que se propôs que era, conduzir os negócios do Estado, dentro da proposta orçamentária!

Além disto, comete mais uma leviandade, contra um Secretário dos mais dignos — também funcionário desta Casa — o Dr. Rui Ferraz de Carvalho, ex-Secretário dos Recursos Humanos, que elaborou e está lá, para o Líder do PMDB ir lá e verificar que foram apenas três mil e tantas demissões, inclusive de professores e serventes. Estão, os homens do PMDB, com os mecanismos do poder, nas mãos, não podem mais tra-

zair sofismas a esta Casa, dizer que um Governador foi induzido a assinar uma declaração, leviandade contra a qual eu protesto porque é uma desconsideração a um homem de bem como o ex-Governador Hosken de Novaes! O principal, o nobre Líder do PMDB não justificou, no discurso de Vossa Excelência, que é, mandar o operário para a rua, e contratar gente de seiscentos mil cruzeiros!! Esta seria a justificativa que nós gostaríamos de ouvir do nobre Líder do PMDB, jamais, a sacar injúrias contra um homem de bem, honrado, e que merece o respeito de todos os paranaenses, como o ex-Governador Hosken de Novaes.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Agradeço o aparte do nobre Deputado Erondy Silvério, que enriquece o pronunciamento-denúncia que trago ao conhecimento do Paraná, nesta tarde.

O Sr. Roberto Requião — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Sr. Deputado, acho que quando Vossa Excelência terminar o relatório das demissões que está nos trazendo a esta Assembléia, hoje, terá também chegado a uma conclusão, à conclusão de que, o PDS perdeu as eleições em 15 de novembro, e que, está havendo alguma alteração na estrutura de comando do Estado, alteração realizada através de demissões e de contratações; demissões, por exemplo, que, em Santa Catarina, onde o próprio PDS substituiu o PDS, chegam, hoje, a um número aproximado de 4.500 demissões, enquanto que aqui no Paraná nós estamos ainda aí entre 400 e 600 demissões; então, a demissão é um ato de império, é um ato de poder, é um ato que caracteriza a transição do Governo de um partido para outro. Existirão demissões em maior quantidade no Estado do Paraná e alterações profundas no comportamento do Governo, alterações que atingirão o prestigiamento da Assembléia Legislativa como poder, a nova participação política e acredito que não chegaremos à conclusão alguma que não seja a conclusão de que o PDS perdeu a eleição e o PMDB está assumindo o Governo.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Vou responder ao Deputado Roberto Requião.

O Paraná todo sabe que realmente mudaram os homens que estão no Poder, sabem pelas promessas da campanha não cumpridas agora, sabe que realmente os homens que estão no Poder, eram aqueles pródigos nas promessas pré-eleitorais e ávidos no cumprimento dos compromissos, lista tríplice para diretoria de estabelecimento de ensino, o direito social à estabilidade quando ouvi o Deputado Roberto Requião, pensava na música de Chico Buarque de Holanda: "Quem te viu, quem te vê"; quem te viu na praça pública, dizendo que operário devia ter estabilidade e hoje vê a Assembléia dizer: "é um ato de império do Governo José Richa, demitir funcionários humildes para nomear os cabos eleitorais. Sua Excelência realmente não conseguiu entender o sentido do meu pronunciamento.

Sobre as demissões já falei em ocasião anterior. Hoje estou falando sobre clientelismo, sobre empreguismo do Governo peemedebista do Paraná.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Vossa Excelência põe muito bem os fatos, porque os fatos são fatos. O Deputado peemedebista diz que se mudaram os comandos, mas então ele que avise ao ilustre Governador José Richa, que pare de mentir para o Presidente da República, que não vá de chapéu na mão aos Ministérios e dizer que não há exoneração do pessoal do PDS.

Ele que parece de mentir, pois estamos fadados a uma derrota do próprio sistema do Governo paranaense. Aqui na Assembléia, Deputado Luiz Alberto, falamos numa coisa. As patativas do PMDB dizem uma coisa. Agora, chega o Governador José Richa suplicando ao Governo do PDS, lá em cima, ao Governo Central, dizendo que não há nada. Então que eles façam cair a máscara, porque se eles não fizeram, vamos derubá-la.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — É verdade, Deputado.

O Sr. Gabriel Manoel — Deputado Luiz Alberto Vossa Excelência está hoje engrandecendo a nossa bancada, Vossa Excelência hoje é o verdadeiro Líder e diga para esses falsos "messias" que digam a seu chefe e ao seu cacique que quando for a Brasília faça como nós, que não pisamos no Palácio Iguaçu, enquanto o Sr. José Richa for o Governador. Ele que faça o mesmo, que tenha a hombridade e faça o mesmo e parar de mentir desveladamente, e que sua máscara pare de cair, porque estamos cheios de mentiras, estamos cheios de falso messianismo. Os "messias" e os salvadores da Pátria dizem que é um ato normal, agora que o cacique, o cacique José Richa vai a Brasília, de chapéu na mão, mentir aos Ministros, dizendo que não há nada, dizendo que o Paraná é um mar de rosas. E essas patativas que parem de cantar fora da moda, como dizia Anibal Khury.

Muito obrigado, Deputado Luiz Alberto.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Gostaria que os eminentes Deputados me dessem oportunidade de concluir o meu pronunciamento e posteriormente concedo o aparte ao Deputado Rubens Bueno e depois ao Deputado Nilso Sguarezzi, por quem já tive o prazer de ser aparteado nesta tarde. — (Continua lendo):

"No Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES, foram demitidos 20 técnicos para serem admitidos seis partidários do Governador do Estado, com salários que vão de Cr\$ 165.000,00 a Cr\$ 334.000,00 mensais.

Na Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, houve um empate entre os números de demitidos e admitidos. O empate também ocorreu nos interesses de auxiliares diretos do Governador José Richa, pois para aquela empresa, é que foram nomeados familiares desses auxiliares, com salários mínimos de Cr\$ 173.000,00, atingindo até Cr\$ 404.000,00 mensais.

Na Cafê do Paraná foram demitidos onze empregados, por iniciativa do diretor do órgão, Sr. Osmar Fernandes Dias, que é irmão do Senador Álvaro Dias, do PMDB. Foram demitidos servidores com quatro, cinco, oito e até dezoito anos de serviço. Todos eram técnicos altamente especializados, demitidos sem justa causa, em demissões por iniciativa do ex-Deputado do PMDB, José Domingos Scarpellini, que ganhou um cargo de chefe de divisão na empresa, com salário que não foi tornado público.

Na Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR, a nova diretoria daquele órgão está dando aulas magistrais de empreguismo, de recompensa aos cabos eleitorais do seu partido: demitiu quatro empregados que, somados, percebiam, mensalmente, Cr\$ 811.575,00. Logo em seguida, a Superintendente da FUNDEPAR tratou de empregar seis técnicos, e pesquisadores com salários mínimos de Cr\$ 218.000,00, chegando a atingir Cr\$ 462.000,00 mensais. Com isso, elevou a despesa com apenas esses seis empregados para atender interesses do PMDB — para dois milhões e quatro mil cruzeiros mensais.

Aí estão, Senhor Presidente e Senhores Deputados, alguns fatos relacionados com a política de empreguismo posta em prática pelo Governo José Richa. Todos eles condenáveis, pois que eivados de vício. Mas o clientelismo nas nomeações chega até a ser discutido com o Governador do Estado, como aconteceu na reunião realizada na Granja do Canguiri e que o jornal "Folha de Londrina", denunciou como sendo uma reunião do Governador José Richa com todos os seus Secretários, Senadores, Deputados Federais e Estaduais, marcada pela preocupação de alguns Parlamentares em conseguir empregos para os seus cabos eleitorais.

Foi uma sessão de doze horas.

Para discutir assuntos de interesse do povo paranaense? Não.

Segundo a "Folha de Londrina", das quinze horas de sex-

ta-feira às três da madrugada de sábado, o Governador José Richa esteve reunido com os seus Secretários e Parlamentares, a princípio também com a participação de dirigentes de empresas de economia mista. Uma boa parte da fase inicial da reunião foi perdida com a discussão sobre a validade ou não da presença dos últimos numa reunião política, até que os diretores dessas empresas fossem convidados a se retirar.

A seguir, segundo admitiram vários participantes da reunião, o que houve foi uma ampla sessão de "lavar a roupa suja", em cima do secretariado.

A tônica das reclamações, ainda que alguns tentassem disfarçá-la, era uma só: por terem sido eleitos por esta ou aquela região, cada Parlamentar se considerava no direito de decidir quem seriam, nas respectivas regiões, os ocupantes dos cargos estaduais. Isto é, estabelecer o "mando político".

Depois de historiar outros aspectos da reunião na Granja do Canguiri, a "Folha de Londrina" revela que os Deputados do PMDB acham natural a nomeação de cabos eleitorais. E aquele jornal cita nominalmente os Deputados Fiori Luiz, Márcio Almeida e Nilso Sguarezi, como tendo confirmado as reclamações feitas aos Secretários da Educação, da Saúde e das Finanças, e que consideraram "natural" o fato de pretenderem preencher os cargos com "cabos eleitorais".

Essa é, Senhor Presidente e Senhores Deputados, a moralidade administrativa que se implantou no Governo do Paraná, que, a cada dia, mais se distancia da verdade."

Concedo o aparte ao Deputado Rubens Bueno.

O Sr. Rubens Bueno — Acho oportuno que Vossa Excelência fale em clientelismo. Transcrevo uma notícia publicada no jornal "O Globo" de 25 de março de 82:

"A demissão de dois mil servidores considerados dispensáveis e onerosos, foi uma das exigências que o BNH fez à SAPESC, para que seus financiamentos continuem a fluir normalmente para o Estado de São Paulo. O Governo Paulista...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa informa que o seu tempo está esgotado. No entanto, lhe concede mais um minuto para concluir.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Desse um minuto, concedo trinta segundos ao Deputado Rubens Bueno.

O Sr. Rubens Bueno — O Governo paulista decidiu pela dispensa dos servidores, mesmo considerando que grande parte estava a serviço de Deputados Federais lotados em Brasília. O Deputado Federal José Camargo, do partido de Vossa Excelência, do PDS e que segundo a notícia publicada, é um freqüentador assíduo da Granja do Torto, será um dos maiores prejudicados com a demissão de técnicos que prestam serviços altamente especializados.

Agradeço a Vossa Excelência.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Enquanto Vossa Excelência vai a São Paulo, fico aqui no Paraná porque as denúncias aqui no Paraná são tão sérias que fico para defender os interesses do povo e o dinheiro público do Paraná.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Ho horário destinado ao PMDB, concedo a palavra, por cinco minutos, ao Sr. Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em face da gravidade do fato ocorrido hoje, pela manhã, em Foz do Iguaçu, em conjunto com a Liderança da nossa bancada, achamos por bem entrar em contato com o nosso Governador do Estado, José Richa, e pedir as providências cabíveis ao fato, a que o ilustre Governador nos atendeu prontamente e determinou que fosse designado um membro do Ministério Público para acompanhar o caso da morte do Sr. José Pereira e Vereador Percy Lima em Foz do Iguaçu e a designação por parte da Secretaria de Segurança Pública de um delegado espe-

cial para presidir o inquérito.

E ocupo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a tribuna apenas para comunicar à Casa de que providências já estão sendo tomadas também por parte do nosso Governador do Estado, Sr. José Richa.

Era só, e obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Ainda no horário destinado ao PMDB, concedo a palavra ao Sr. Deputado Hermas Brandão.

O SR. HERMAS BRANDÃO — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

(Lê): "O Secretário do Planejamento, Belmiro Valverde Castor, comentando declarações do ex-Governador Ney Braga de que o orçamento do Estado para 1983 estaria equilibrado, reafirmou ontem que "pelo contrário, a previsão de algumas despesas importantíssimas na Lei Orçamentária está altamente subestimada, como é o caso do setor de pessoal, no qual a despesa deverá ultrapassar a casa dos cento e oitenta e cinco bilhões de cruzeiros, enquanto que a despesa prevista no orçamento, incluída a reserva de contingência, é de apenas cento e cinquenta e oito bilhões e quinhentos milhões".

Haveria, assim, segundo o Secretário, um déficit de vinte e seis bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros. Mesmo que nenhum centavo seja dado de aumento a qualquer servidor público no decorrer do ano, bem como nenhuma expansão do quadro, ainda que mínima, seja autorizada". Frisou, ainda, que os cálculos utilizados para apurar o valor real dos gastos com pessoal encontram-se à disposição do ex-Governador ou de qualquer outra pessoa autorizada para o seu exame.

OUTROS FATORES

Lembrando novamente que os levantamentos realizados até o momento indicam um déficit real de oitenta bilhões de cruzeiros na execução orçamentária de 83, o Secretário do Planejamento disse que a análise realizada pelo ex-Governador deixa de lado vários outros fatores de desequilíbrio orçamentário, como é o caso do serviço da dívida, tanto do Tesouro do Estado como das empresas estatais, representando acréscimo de cerca de dez bilhões de cruzeiros sobre os valores previstos no orçamento de 83.

Belmiro citou como exemplo o caso das dívidas previdenciárias e o descontrole de diversas empresas estatais durante o período administrativo anterior. Apenas em um caso — o da Fundação IPARDES — o débito para com a Previdência atingia, até fevereiro, cerca de duzentos e cinquenta milhões de cruzeiros, em contribuições atrasadas e multas, situação que se repete em inúmeros outros órgãos. Além disso, os novos dirigentes de diversas empresas pertencentes ao Estado têm vindo a público para denunciar a situação de desequilíbrio financeiro em que encontraram suas entidades, sem que tais denúncias tenham sido cabalmente contestadas por membros do Governo anterior. "Exemplos disso são a EMPOAR, a Café do Paraná, a COHAPAR e o BADEP, cujos desequilíbrios financeiros terão que ser, de alguma forma, atendidos pelo Governo do Estado, muito embora não haja recurso orçamentário previsto para esta finalidade", acentuou.

ESQUECIMENTO

Para o Secretário do Planejamento, o Sr. Ney Braga esqueceu, ainda, de mencionar que mesmo alguns compromissos assumidos formalmente pelo seu Governo não foram previstos no orçamento. É o caso dos convênios assinados nos últimos dias de sua gestão entre o Estado e a Prefeitura de Curitiba para a transferência de parte do ICM gerado na Cidade Industrial e a compra, pelo Estado, de terminais de transportes de carga implantados pela URBS.

"Ambos os compromissos — assinalou Belmiro —, por mais discutíveis que sejam os seus efeitos benéficos para o Estado, terão, agora, que ser cumpridos pelo Governo José Richa,

acrescentando uma nova sangria, de 4,6 bilhões de cruzeiros, do Tesouro, não prevista especificamente na lei orçamentária em vigor. Daí não ser exagero algum, nem impropriedade, afirmar que o orçamento de 1983 é altamente deficitário”.

RECEITA E ENDIVIDAMENTO

Por outro lado, Belmiro disse continuar defendendo “claramente uma política de endividamento responsável”, de modo a antecipar receitas e permitir ao Estado a manutenção de altos níveis de investimento público, como ocorreu no Governo Canet, quando, para cada cruzeiro arrecadado, mais de quarenta centavos foram destinados a despesas de capital em 1977, e quarenta e quatro centavos por cruzeiro tiveram a mesma destinação em 1978.

“O que se observou no Governo passado é que essa capacidade de investimento foi sendo progressivamente reduzida, a ponto de hoje o orçamento prever apenas cerca de trinta e dois centavos de cada cruzeiro em despesas de capital — número que é ainda enganoso, uma vez que, por força da ampliação dos dispêndios com pessoal e outros custeios, este número não se concretizará, ficando abaixo de vinte e cinco centavos por cruzeiro. Em síntese, a capacidade do Estado de gerar novos investimentos baixou em cerca de trinta por cento durante a gestão de Ney Braga”.

Disse, também, o Secretário do Planejamento, que as afirmações do ex-Governador com relação ao comportamento da receita e da possibilidade dos Estados recorrerem à emissão de (Obrigações Reajustáveis do Tesouro do Estado) para cobrir seus déficits não leva em conta certos fatores concretos da atualidade brasileira e estadual. “O Brasil assumiu um compromisso com o FMI de reduzir os déficits do setor público, tanto federal como estadual e, por força desse compromisso, a tomada de operações de crédito pelos Estados e o lançamento de ORTE’s estão severamente dificultados”.

VULNERÁVEL

Quanto à evolução da receita, a afirmativa de que durante o quadriênio 79/82 a receita tributária evoluiu em média cento e quatro por cento, “é de pequena ajuda”, disse Belmiro, “uma vez que um exame mais detido mostrará que, após um crescimento substancial em 1980, a receita passou a apresentar uma evolução declinante em 81 e 82..” E acrescentou: “É claro que as safras atuais influirão num melhor comportamento da receita. No entanto, sendo o Paraná um Estado agrícola, cuja receita tributária é extremamente vulnerável a uma série de fatores que não estão sob o controle das autoridades estaduais, seria irresponsável fazer previsões otimistas em relação à evolução futura da mesma”.

Finalizando, disse o Secretário do Planejamento que “é mais do que sabido que a receita do Estado dependerá ainda de fatores como políticas federais de crédito, preços mínimos, comercialização, preços internacionais e outros”.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado, veja como “errar é humano, perdoar é divino”. Este mesmo Governador, que Vossa Excelência hoje põe à execução pública, foi um homem indicado pelo Sr. Jayme Canet. Um homem que Canet quis que fosse Vice-Governador do Estado. Vossa Excelência não peque, pelo amor de Deus! Porque mesmo a equipe de Governo foi também elaborada pelo nosso amigo Jayme Canet Júnior. Hosken de Novaes não foi Governador nosso, pela nossa vontade. Foi um Governador imposto pelo nosso grande companheiro, Jaime Canet.

Agora Vossa Excelência vir na tribuna criticar este homem que tenho saudade dele. Vossa Excelência está pecando. Peço a Deus que o perdoe, “errar é humano, perdoar é divino”.

Não incorra no erro de vir criticar pessoa que pertenceu a nossa grei. Não incorra no erro que assistimos a insistência do grande Líder paranista que foi Jaime Canet, ao indicar, para Vice-Governador do Sr. Ney Braga um ilustre Hosken de No-

vaes para o Palácio Iguaçu, só tem uma grei, a nossa, que era chefiada pelo grande Líder, Jaime Canet.

O Sr. Gilberto Carvalho — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço ao Deputado Brandão, mas estou acompanhando o pronunciamento de Vossa Excelência quando faz uma análise das despesas do Estado, dos compromissos assumidos. Mas pode Vossa Excelência notar que o Governador falou segunda-feira, quando se falava em déficit de oitenta milhões de cruzeiros, ele falou que a situação está equacionada, com as operações de crédito. Muitos Estados fizeram emissões das Obrigações Reajustáveis do Tesouro do Estado. Em Minas Gerais me parece e Santa Catarina, também; o Paraná, com a lei aprovada nesta Casa, não implantou, deixou para que o novo Governo pudesse utilizar esse mecanismo. E se tem condições de fazer as operações de crédito, é porque o Estado tem capacidade de endividamento. Acredito que um Estado como o Paraná, é preciso que haja um mecanismo de desenvolvimento, que o Governo tenha a coragem de aplicar onde é necessário.

Até hoje, não ouvimos qualquer crítica sobre aplicação dos recursos que em todos os municípios paranaenses que foram beneficiados. O Governo passado, do Governador Jaime Canet, quantas obras realizadas em todo este Paraná, deixou compromisso para o Governo liquidar, e está sendo feito, e novos que precisarem ser formalizados, para continuar o desenvolvimento do Estado, e nós como sempre estamos assistindo o desemprego em grandes setores.

E sentimos que o Paraná tem condições de equacionar esta situação. E ter um orçamento que possa cumprir com suas obrigações. Era o aparte que queria oferecer a Vossa Excelência. O SR. HERMAS BRANDÃO — Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 31 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Resolução n.º 36/83, de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 106/82, de autoria do Deputado TERCIO ALBUQUERQUE, que declara de utilidade pública a “LIGA IGUAÇUENSE DE FUTEBOL”, com sede no Município de Foz do Iguaçu. Com Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Geraldo Bronzel, ocorrido em Campo Mourão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando seja ouvida a Comissão de Obras deste Poder para aprovação dos Projetos de Resolução n.ºs 8/83, 10/83, 13/83 e 15/83. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adhail Spenger Passos, constante do expediente, solicitando que o processo relativo ao Projeto de Resolução 12/83, seja encaminhado às Comissões Técnicas da Casa encarregadas de estudar o assunto a que se refere o mencionado projeto, a fim de emitir parecer. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adhail Spenger Passos, constante do expediente, solicitando seja encaminha-

do às Comissões Técnicas da Casa, o Projeto de Resolução n.º 11/83, a fim de emitir parecer. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Alberto Gorski, ocorrido em data de hoje. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando seja encaminhado o Projeto de Resolução n.º 14/83, à Comissão de Segurança Pública, a fim de emitir parecer. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida Cesar, constante do expediente, solicitando envio de ofício ao Sr. Governador do Estado, pedindo providências objetivando imediato aproveitamento dos candidatos aprovados no Teste Seletivo Interno para as Categorias Funcionais (terceira etapa) pertencentes aos Grupos Ocupacionais de Serviços Gerais, Semi-Profissional e Administrativo, da Secretaria de Estado dos Recursos Humanos. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgar Pimentel, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, no sentido que inclua em seu programa de ação a instalação de mini-postos de saúde na localidades de Virmond e Nova Laranjeiras, Município de Laranjeiras do Sul. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando seja encaminhada solicitação ao Sr. Secretário de Estado do Interior, no sentido de se instalarem telefones residenciais no Distrito de Rancho Alegre, Município de Goioerê. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando encaminhamento de solicitação ao Sr. Secretário de Estado das Finanças, no sentido de ser instalado um posto avançado do Banco do Estado do Paraná S/A., no Distrito de Rancho Alegre, Município de Goioerê. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de repúdio ao Decreto-Lei Federal n.º 2.012, tal manifestação faz-se necessária, em virtude do arbítrio e da violência com que são tratados os salários dos trabalhadores brasileiros. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando a manifestação desta Casa, contrariamente à aprovação, pelo Congresso Nacional do Projeto de Lei Complementar que institui eleições distritais, no País. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, com a finalidade de ver atendidas as

reivindicações da população do Município de Mamborê. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo urgência no encaminhamento do Projeto de Lei à Assembléia Legislativa, propondo a transformação do DETRAN em Autarquia. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando pedido de informações ao Departamento de Estradas de Rodagem, através do Secretário dos Transportes, sobre o asfaltamento da Avenida Campo Mourão, no Município de Fênix, foi efetivado com recursos do Estado através do DER; obras de asfaltamento da Rua Odete no mesmo município, foram executadas pelo DER ou com recursos do Estado. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adhail Spenger Passos, constante do expediente, solicitando envio de Telex ao Sr. Ministro do Trabalho, no sentido de efetuar a nomeação dos membros do Conselho Federal de Biólogos. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente, solicitando voto de congratulações e regozijo à Associação de Emissoras de Rádio do Paraná, pela realização do VIII Congresso de Radiofusão, realizada em Caioabá. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Dr. Munir Guérios, pelo lançamento de seu livro "Os Acha-cadores". — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente, solicitando envio de apelo ao Sr. Secretário da Administração, ao Sr. Superintendente da EMO-PAR, no sentido de solicitar que equipe técnica daquela empresa estatal realize vistoria nas obras de construção do Terminal Rodoviário de Quitandinha, que se encontra desativado por problemas em suas fundações, causadas por irregularidades do terreno. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente, solicitando seja enviado apelo através do Sr. Governador do Estado, ao Ministro da Fazenda, para que seja reativada a Exatoria de Rendas Federais de Rio Negro, atendendo aos contribuintes da região. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Alberto Gorski, progenitor do Vereador de Curitiba, José Gorski. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, quarta-feira, dia 11, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 106/82.

Levanta-se a sessão.